

GA Self Storage Participações S.A.

CNPJ/MF nº 21.567.390/0001-56

Balancos Patrimoniais – Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores em R\$ Mil)						Demonstrações dos Resultados Abrangente Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores em R\$ Mil)								
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020		
Ativo circulante					Passivo circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	187	3.845	6.085	11.434	Fornecedores	–	40	2.339	2.866	(Prejuízo)/Lucro líquido do exercício	(938)	6.790	(938)	6.790
Contas a receber de clientes	–	–	1.943	1.384	Obrigações trabalhistas	–	–	4.797	2.974	Outros componentes do resultado abrangente				
Estoque	–	–	165	–	Obrigações tributárias	1	4	1.999	1.528	Total do resultado abrangente do exercício	(938)	6.790	(938)	6.790
Tributos a recuperar	254	239	1.265	2.958	Contas a pagar Imóveis/Investimentos	1.791	1.520	2.267	1.997	<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>				
Despesas pagas antecipadamente	–	2	–	–	Provisão para contingência	–	–	2.295	988					
Outros ativos circulantes	4	1	3.684	1.605	Tributos diferidos	–	–	98.899	105.760					
Total do ativo circulante	445	4.087	13.142	17.381	Total do passivo não circulante	1.220	1.220	104.713	107.968					
Ativo não circulante					Patrimônio Líquido									
Outros ativos não circulante	–	–	71	71	Capital social	408.876	409.685	408.876	409.685					
Investimentos	442.999	440.033	–	–	Reserva de Lucros	96.547	96.712	96.547	96.712					
Propriedades para investimentos	–	–	547.287	540.297	Transação de capital	(65.245)	(65.245)	(65.245)	(65.245)					
Imobilizado	–	–	2.251	1.750	Ajuste Avaliação Patrimonial	36	–	36	–					
Intangível	–	–	56	1	Total do patrimônio líquido	440.214	441.152	440.214	441.152					
Total do ativo não circulante	442.999	440.033	549.665	542.119	Total do passivo e patrimônio líquido	443.444	444.120	562.807	559.500					
Total do ativo	443.444	444.120	562.807	559.500										
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>														
Demonstrações dos Resultados – Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores em R\$ Mil)						Demonstrações dos Fluxos de Caixa Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores em R\$ Mil)								
		Controladora		Consolidado				Controladora		Consolidado				
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020		31/12/2021	31/12/2020		
Receita líquida	–	–	42.096	34.874	Despesas financeiras	–	(4)	(74)	(440)	Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais				
Total do lucro bruto	–	–	42.096	34.874	Total do resultado financeiro líquido	13	104	495	(133)	(Prejuízo) Lucro líquido dos exercícios	(938)	6.790	(938)	6.790
Despesas Gerais e Administrativas	(535)	(626)	(34.922)	(27.041)	Total do lucro/(prejuízo) antes do imposto de renda e da CSLL	(938)	6.790	(2.867)	11.488	Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas	–	–	486	660
Equivalência patrimonial	(250)	8.734	–	–	Total do lucro/(prejuízo) líquido do exercício	(938)	6.790	(938)	6.790	Depreciação e amortização	250	(8.734)	–	–
Valor justo das propriedades para investimento	–	–	(13.861)	6.968	Lucro/(prejuízo) por ação	(0,0018)	0,0131	(0,0018)	0,0131	Equivalência patrimonial	–	–	–	–
Depreciação e Amortização	–	–	(486)	(660)						Ajuste a valor justo de propriedades para investimento	–	–	13.861	(6.968)
Outras Despesas/Receitas Diversas	(166)	(1.422)	3.811	(2.520)						Juros sobre arrendamento	–	–	252	–
Total do lucro/(prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(951)	6.686	(3.362)	11.621						Imposto de renda	–	–	(4)	5.797
Receitas financeiras	13	108	569	307						Provisão para perdas por crédito de liquidação duvidosa	–	–	14	(7)
										Provisão para contingências	(688)	(1.944)	14.978	6.348
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>														
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020 (Valores em R\$ Mil)														
		Capital social		Reserva de lucros										
	31/12/2021	31/12/2020	Reserva legal	Reservas de lucros	Transação de capital	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros/prejuízos acumulados	Total						
Saldos em 31 de dezembro de 2019	397.912	–	4.722	85.200	(65.245)	–	–	422.589						
Aumento de capital	11.773	–	–	–	–	–	–	11.773						
Lucro do exercício	–	–	–	–	–	–	6.790	6.790						
Constituição de reserva legal	–	–	340	–	–	–	(340)	–						
Retenção de lucros	–	–	–	6.450	–	–	(6.450)	–						
Saldos em 31 de dezembro de 2020	409.685	–	5.062	91.650	(65.245)	–	–	441.152						
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	(938)	(938)						
Absorção prejuízo	–	–	–	(938)	–	–	938	–						
Ajuste de avaliação patrimonial	(36)	–	–	–	–	36	–	–						
Retificação de erros no capital	(773)	–	–	773	–	–	–	–						
Saldos em 31 de dezembro de 2021	408.876	–	5.062	91.485	(65.245)	36	–	440.214						
<i>As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.</i>														
Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2021														
<p>1. Contexto operacional – A GA Self Storage Participações S.A. (“GA Self ou Companhia”) está localizada na Avenida João Dias, 2.319, Santo Amaro, São Paulo, SP. A companhia foi constituída em 1º de janeiro de 2017 e iniciou suas atividades em 18 de janeiro de 2017. O grupo dedica-se principalmente no armazenamento, aluguel de propriedade, aquisição, desenvolvimento, venda ou locação de espaços, portfólio de ativos e/ou entidades mantendo tais bens ou interesses e participando como acionista em outras companhias no ramo imobiliário. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021 incluem as contas da Companhia e suas subsidiárias (coletivamente referidas como Grupo e, individualmente, como Entidades do grupo). 2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis – 2.1. Base de apresentação: 2.1.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), que compreendem aquelas previstas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram concluídas e aprovadas pela diretoria em 26 de maio de 2022. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.1.2. Moeda funcional e moeda de apresentação: A moeda funcional da Companhia é o Real, todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. 2.1.3. Base de consolidação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da GA Self Storage Participações S.A. e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais, em função da detenção de mais da metade dos direitos de voto. A existência e o efeito dos potenciais direitos de voto, atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em conta quando se avalia se Companhia controla uma entidade. As controladas são integralmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas a partir da data em que tal controle cessa. Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pela Companhia. Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos e passivos intercompanhias foram eliminados e a participação dos acionistas não controladores foi consignada em conta específica do patrimônio líquido.</p>														
<p>Diretoria: Bernardo Souza Leite e Mello – Diretor; Gláucia A. Martins Dantas – Contadora – CRC SP 237612</p>														
Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas														
<p>Aos Acionistas e Administradores da GA Self Storage Participações S.A. São Paulo-SP</p> <p>Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da GA Self Storage Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da GA Self Storage Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.</p> <p>São Paulo, 26 de maio de 2022.</p> <p>KPMG Assurance Services Ltda. CRC 2SP-023.228/O-4 Vitor David Bezerra Colavitti Contador CRC 1SP 329.743/O-6</p>														

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28,29 e 30/05/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

brdocs.com.br/?chave-de-acesso=CCB24037

Allied Tecnologia S.A.

CNPJ/ME 20.247.322/0001-47 – NIRE 35.300.465.369
Código CVM nº 02533 – Companhia Aberta

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 26 de maio de 2022

1. Data, Horário e Local: 26 de maio de 2022, às 9h00, na sede social da Companhia, localizada na Rodovia Vice-Prefeito Hermenegildo Tonolli, nº 1.500, Lote GLA2A, Galpão 04B, Distrito Industrial, CEP 13213-086, na Cidade de Jundiá, Estado de São Paulo ("Companhia" ou "Emissora").

2. Presença e Convocação: Dispensada a convocação prévia, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, por videoconferência, os Sr(s): Claudio Roberto Ely, Flavio Benício Jansen Ferreira, João Pedro Martins Flecha de Lima, Marcelo Radomysler, Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin, Rafael Patury Carneiro Leão, Yaelle Sophie Biriotti Boquet. **3. Mesa:** Presidente: Sr. Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin; Secretária: Sra. Caroline Freitas de Souza Santos.

4. Ordem do Dia: Deliberar acerca da: (i) realização da 5ª (quinta) emissão ("Emissão"), pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, no valor total de R\$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de reais) ("Debêntures"), a serem ofertadas publicamente, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476") e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários") e das demais disposições legais, regulatórias e autorregulatórias aplicáveis ora vigentes ("Oferta Restrita"); e (ii) autorização à Diretoria da Companhia e a seus demais representantes legais para praticar todos os atos necessários para a formalização da deliberação acima mencionada, incluindo, mas não se limitando a negociar todos os termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta Restrita, inclusive no que se refere à contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e, dentre outros, contratação de instituições financeiras para realizar a intermediação da Oferta Restrita, agente de liquidação, escriturador, agente fiduciário, assessor legal, agência de classificação de risco e quaisquer outros prestadores de serviços relacionados à emissão e à Oferta Restrita, bem como ratificar os atos já praticados por seus diretores, e representantes e/ou procuradores e celebrar todo e qualquer documento necessário à efetivação da Oferta Restrita, incluindo, mas não se limitando, ao "Instrumento Particular de Escritura da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Distribuição, da Allied Tecnologia S.A." ("Escritura de Emissão"), o Contrato de Distribuição (conforme abaixo definido) e seus eventuais aditamentos.

5. Deliberação: Após as discussões relacionadas a matéria constante da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração da Companhia deliberaram aprovar, por unanimidade, sem quaisquer restrições ou ressalvas, e de forma irrevogável e irretirável: (i) A realização da Emissão e da Oferta Restrita, com as seguintes características e condições: (a) **Número da Emissão:** Esta é a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora. (b) **Valor Total da Emissão:** O montante total da emissão será de R\$ 296.000.000,00 (duzentos e noventa e seis milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definido abaixo) ("Valor Total da Emissão"). (c) **Quantidade de Debêntures:** Serão emitidas 296.000 (duzentas e noventa e seis mil) Debêntures. (d) **Espécie:** As Debêntures serão da espécie com garantia real, tudo em conformidade com o artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações e conforme detalhado na Escritura de Emissão. (e) **Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações da Emissora. (f) **Valor Nominal Unitário:** As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (mil reais) ("Valor Nominal Unitário"), na Data de Emissão (conforme definida abaixo). (g) **Atualização Monetária:** Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário. (h) **Data de Emissão:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será a data a ser definida na Escritura de Emissão ("Data de Emissão"). (i) **Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade será a data da primeira integralização ("Data de Início da Rentabilidade"). (j) **Prazo e Data de Vencimento:** Observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, a contar da Data de Emissão ("Data de Vencimento"). (k) **Forma, tipo e comprovação da titularidade:** As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de caules ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade delas será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3, conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures. (l) **Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, a qual será intermediada por instituição financeira integrante do sistema de valores mobiliários ("Coordenador Líder"). As Debêntures serão objeto da Oferta Restrita, que será realizada sob o regime de garantia firme de colocação, em consonância com os termos e condições do "Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública com Esforços Restritos, em Regime de Garantia Firme, da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, em Série Única, para Distribuição Pública com Esforços Restritos, da Allied Tecnologia S.A.", a ser celebrado entre o Coordenador Líder e a Emissora ("Contrato de Distribuição"). (m) **Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização, a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de início da rentabilidade até a data de sua efetiva integralização. (n) **Remuneração:** Sobre o Valor Nominal Unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 ("Taxa DI"), acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 2,00% (dois inteiros por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"). A Remuneração será calculada de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por Dias Úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures), desde a Data de Início da Rentabilidade, ou Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior (inclusive) até a data de pagamento da Remuneração em questão, data de declaração de vencimento antecipado em decorrência de um Evento de Inadimplemento (conforme abaixo definido) ou na data de um even-

tual Resgate Antecipado Facultativo (conforme abaixo definido), o que ocorrer primeiro. A Remuneração será calculada de acordo com a fórmula prevista na Escritura de Emissão. (o) **Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, Amortização Extraordinária Parcial ou Resgate Antecipado, nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, a partir da Data de Emissão, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de agosto de 2022, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"). (p) **Amortização do Valor Nominal Unitário:** O saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 13 (treze) parcelas trimestrais consecutivas, devidas sempre no dia 25 dos meses de fevereiro, maio, agosto e novembro de cada ano, sendo que a primeira parcela será devida em 25 de maio de 2024, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas indicadas na 2ª coluna da tabela abaixo (cada uma, uma "Data de Amortização") e percentuais previstos na 3ª (terceira) coluna da tabela a seguir:

Parcela	Data de Amortização	Percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado
1ª	25 de maio de 2024	7,6923%
2ª	25 de agosto de 2024	8,3333%
3ª	25 de novembro de 2024	9,0909%
4ª	25 de fevereiro de 2025	10,0000%
5ª	25 de maio de 2025	11,1111%
6ª	25 de agosto de 2025	12,5000%
7ª	25 de novembro de 2025	14,2857%
8ª	25 de fevereiro de 2026	16,6667%
9ª	25 de maio de 2026	20,0000%
10ª	25 de agosto de 2026	25,0000%
11ª	25 de novembro de 2026	33,3333%
12ª	25 de fevereiro de 2027	50,0000%
13ª	Data de Vencimento	100,0000%

(q) **Local de Pagamento:** Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3. (r) **Vencimento Antecipado:** observados os termos e condições estabelecidos na Escritura de Emissão, mediante a ocorrência de determinados eventos as Debêntures poderão ser declaradas antecipadamente vencidas, de forma automática ou não automática, ocasiões em que serão imediatamente exigíveis todas as obrigações da Companhia referentes às Debêntures ("Eventos de Inadimplemento"). (s) **Encargos Moratórios:** Sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, ocorrendo impropriedade no pagamento pela Emissora de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Emissora, ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interposição judicial ou extrajudicial (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 1% (um por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 2% (dois por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"). (t) **Garantia Real:** Para assegurar o fiel, integral e pontual cumprimento de todas e quaisquer obrigações, principais e/ou acessórias, presentes e/ou futuras, assumidas pela Emissora nos termos da Escritura e/ou do Contrato de Garantia, incluindo, mas não se limitando, ao pagamento do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e, se aplicável, dos Encargos Moratórios calculados nos termos da Escritura, da remuneração do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação, do Escriturador e/ou do Banco Depositário (conforme definido abaixo) e de quaisquer gastos com honorários advocatícios dentro dos padrões praticados pelo mercado ou arbitrados judicialmente, indenizações, depósitos, custas e taxas judiciais nas ações judiciais e medidas extrajudiciais propostas pelo Agente Fiduciário decorrentes de sentenças e/ou decisões desfavoráveis ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas e devido ao Agente Fiduciário ou aos Debenturistas, em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes da Escritura, do Contrato de Garantia e/ou de demais documentos da Emissão e seus respectivos aditamentos ("Obrigações Garantidas"), será constituída, pela Emissora, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, garantia real, na forma de cessão fiduciária, em caráter irrevogável e irretirável (i) de direitos creditórios de titularidade da Emissora oriundos da comercialização de produtos, representados por boletos de cobrança a serem emitidos pela Emissora, que deverão corresponder a, no mínimo, 30% (trinta por cento) do saldo devedor das Debêntures, durante toda a vigência da Emissão ("Direitos Creditórios") e "Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios", respectivamente; e (ii) dos direitos detidos pela Emissora sobre 1 (uma) conta vinculada de sua titularidade, movimentável única e exclusivamente nos termos do contrato de administração de conta a ser celebrado entre a Emissora e o banco depositário ("Banco Depositário"), com a intervenção do Agente Fiduciário ("Contrato de Administração de Conta") na qual serão depositados os Direitos Creditórios ("Conta Vinculada"), bem como, de todos e quaisquer recursos e/ou valores depositados e que venham a ser depositados nas Contas Vinculadas, a qualquer tempo, independentemente de onde se encontrarem, inclusive enquanto em trânsito ou em processo de compensação bancária ("Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas", e, em conjunto com a Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, "Garantia Real"), a ser constituída nos termos do "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outras Avenças" a ser celebrado entre a Emissora e o Agente Fiduciário ("Contrato de Garantia"). (u) **Resgate Antecipado Total Facultativo:** A Emissora poderá, a partir do 25º (vigésimo quinto mês), ou seja, a partir de 25 de junho de 2024, a seu exclusivo critério, realizar o resgate antecipado da totalidade (sendo vedado o resgate antecipado parcial das Debêntures), com o consequente cancelamento das Debêntures, nos termos e condições previstos abaixo ("Resgate Antecipado Total Facultativo"). O valor do Resgate Antecipado Total Facultativo devido pela Emissora será equivalente ao (a) Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data do Resgate Antecipado Total Facultativo, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso,

até a data do efetivo Resgate Antecipado Total Facultativo, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso) e (c) de prêmio equivalente a 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data do efetivo Resgate Antecipado Total Facultativo e a Data de Vencimento das Debêntures ("Prêmio de Resgate Antecipado Total Facultativo"). (v) **Amortização Extraordinária Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, realizar a amortização extraordinária das Debêntures, sendo certo que tal amortização abrangerá, proporcionalmente, a totalidade das Debêntures, e estará, em qualquer hipótese, limitada a 98% (noventa e oito por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, nos termos e condições previstos abaixo ("Amortização Extraordinária Facultativa"). O valor da Amortização Extraordinária Facultativa devido pela Emissora será equivalente (a) parcela do Valor Nominal Unitário das Debêntures (ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso) a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário e (c) de prêmio equivalente a 0,90% (noventa centésimos por cento) ao ano, *pro rata temporis*, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, considerando a quantidade de dias úteis a transcorrer entre a data da efetiva Amortização Extraordinária Facultativa e a Data de Vencimento das Debêntures ("Prêmio de Amortização Extraordinária Facultativa"). (w) **Oferta de Resgate Antecipado Total:** A Emissora poderá, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado da totalidade das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada na forma prevista na Escritura de Emissão. O valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente ao Valor Nominal Unitário das Debêntures ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (a) da Remuneração e demais encargos devidos e não pagos até a data da Oferta de Resgate Antecipado, calculado *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade, ou a data do pagamento da Remuneração anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate das Debêntures objeto da Oferta de Resgate Antecipado, e (b) se for o caso, do prêmio de resgate indicado na Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado. (x) **Aquisição Facultativa:** A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em Circulação, observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, incluindo a Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 77"), devendo tal fato, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Emissora. As Debêntures adquiridas pela Emissora de acordo com esta cláusula poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer na tesouraria da Emissora, ou ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração aplicável às demais Debêntures. (y) **Destinação dos Recursos:** Os recursos líquidos captados por meio da Emissão serão integralmente destinados para a gestão ordinária dos negócios da Emissora. (z) **Classificação de Risco:** Não será contratada agência de classificação de risco no âmbito da Oferta para atribuir rating às Debêntures. As informações ora prestadas devem ser cuidadosamente analisadas pelos potenciais Investidores Profissionais (nos termos da Resolução CVM nº 30/2021) e não possuem o escopo ou função de orientação de investimento ou desinvestimento, pelo Agente Fiduciário. (aa) **Agente Fiduciário:** será a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, 215 – 4º Andar Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 22.610.500/0001-88, será contratada para atuar como agente fiduciário da Emissão ("Agente Fiduciário") (bb) **Agente de Liquidação e Escriturador:** o agente de liquidação e o escriturador da presente Emissão será a Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., qualificada no item "(aa)" acima. ("Agente de Liquidação" e "Escriturador"). (cc) **Demais Condições:** todas as demais condições e regras específicas a respeito da Oferta Restrita deverão ser tratadas detalhadamente na Escritura de Emissão. (iii) a autorização a quaisquer dos membros da Diretoria da Companhia e seus demais representantes legais para, observado o Estatuto Social da Companhia, praticar todo e qualquer ato necessário à realização da Emissão acima deliberada, inclusive, mas não somente: (a) negociar e celebrar a Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição e seus eventuais aditamentos, de acordo com as condições determinadas nesta reunião e outros que os membros do conselho entendam necessárias; (b) negociar todos os demais termos e condições que venham a ser aplicáveis à Emissão e à Oferta Restrita, inclusive, mas sem limitação, a contratação dos sistemas de distribuição e negociação das Debêntures nos mercados primário e secundário e demais prestadores de serviços no âmbito da Oferta Restrita, incluindo, mas não limitando, aos Coordenadores, assessores jurídicos, agente ou banco liquidante e escriturador, agente fiduciário, agência de classificação de risco; e (c) praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações aqui consubstanciadas, definir e aprovar o teor dos documentos da Emissão e da Oferta Restrita e assinar os documentos necessários à sua efetivação e seus eventuais aditamentos, inclusive, dentre outros, a publicação e o registro dos documentos de natureza societária perante os órgãos competentes e a tomada das medidas necessárias perante a B3, a ANBIMA, a CVM ou quaisquer outros órgãos ou autarquias junto aos quais seja necessária a adoção de quaisquer medidas para a implementação da Emissão e da Oferta Restrita. (iii) Declarar, em caráter irrevogável e irretirável, a inexistência de qualquer outro documento, inclusive acordo de acionistas, que disponha em desacordo com as aprovações da reunião. **6. Encerramento e Lavratura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foram encerrados os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, após reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada por todos os presentes. **Mesa:** Presidente: Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin; Secretária: Caroline Freitas de Souza Santos. **Conselheiros Presentes:** Claudio Roberto Ely, Flavio Benício Jansen Ferreira, João Pedro Martins Flecha de Lima, Marcelo Radomysler, Patrice Philippe Nogueira Baptista Etlin, Rafael Patury Carneiro Leão, Yaelle Sophie Biriotti Boquet. *A presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.* Jundiá/SP, 26 de maio de 2022. Caroline Freitas de Souza Santos Secretária da Mesa.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela

certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28,29 e 30/05/2022



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



BRDOCS

brdocs.com.br/?chave-de-acesso=FFE72536

Viação Grajaú S.A.			
CNPJ/MF nº 32.238.981/0001-04			
Balanco Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2021		Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (em reais)	
Ativo	2021	2020	Título da Conta
Circulante	49.246.064,06	46.362.605,99	Capital Social
Disponível: Caixa	1.351.160,63	1.391.828,92	Reserva
Bancos Conta Movimento	1.684,71	1.358,35	Capital Reserva
Contas à Receber	28.472.852,76	16.757.632,03	Lucro
Adiantamentos	339.957,70	472.793,20	Resultado Exer. ant
Estoque: Combustíveis	754.946,40	506.977,58	Resultado Exercício
Lubrificantes	203.317,85	173.961,50	Total
Peças e Acessórios	2.172.881,33	2.216.359,72	18.080.000,00
Pneumáticos	98.361,31	32.694,69	15.371.347,61
Valores Realizáveis	3.229.506,89	2.929.993,49	18.080.000,00
Valores Diversos Realizáveis	15.850.901,37	24.809.000,00	15.371.347,61
15.850.901,37	24.809.000,00	24.809.000,00	15.371.347,61
Não Circulante	147.850.675,64	158.675.845,77	Demonstração do Fluxo de Caixa em 31 de dezembro 2021
Realizável à Longo Prazo: Investimentos			Atividades Operacionais
Investimentos Diversos	76.765.089,00	76.765.089,00	Recebimentos de Clientes
Imobilizado	71.085.586,64	81.910.756,77	Receitas não Operacionais
Aquisições			Pagamentos a Fornecedores (156.128.836,24)
Veículos Transporte de			Pagamentos Despesas
Passageiros	136.005.751,61	116.560.216,61	Operacionais
Veículos Suporte Operacional	506.360,00	506.360,00	Operacionais
Equipamentos/Ferramentas			Despesas com
Manutenção	728.366,70	715.974,44	Pessoal
Móveis e Utensílios de Escritório	407.186,72	407.186,72	Despesas Impostos e
Terrenos	122.000,00	122.000,00	Contribuições
Equipamentos de Comunicação	10.320,00	10.320,00	(3.528.111,51)
Equipamentos de Informática	327.977,01	44.718,00	Distribuição de Dividendos
Catracas Eletrônicas	2.572.258,30	486.757,00	-(15.487.662,33)
Imobilizações em Andamento			Fluxo Atividades de Financiamentos
- Bens Reversíveis	1.297.595,30	-	Recebimentos de Empréstimos
Depreciações	141.977.815,64	118.853.532,77	45.665.212,62
(-) Depreciação Veic. Transp.			Pagamentos de Empréstimos
Passageiros	(67.852.403,00)	(36.135.934,00)	(53.415.636,09)
(-) Depreciação Veic. Sup.			Fluxo de Investimento
Operacional	(135.273,00)	(30.910,00)	Investimento em Imobilizado
(-) Depreciação Equip. Ferram. Manutenção			23.197.746,87
(-) Depreciação Móveis Utens.	(484.278,00)	(321.774,00)	Investimentos Diversos
Escritório	(276.642,00)	(184.428,00)	-(23.197.746,87)
(-) Depreciação Equip. Informática			Variação das Disponibilidades
(-) Depreciação Catraca	(78.432,00)	(14.243,00)	-(40.341,93)
Eletrônica	(1.982.385,46)	(255.487,00)	Variação das Disponibilidades
(-) Depreciação Bens Reversíveis			Saldo Final das Disponibilidades
(70.892.229,00)	(36.942.776,00)		-(1.352.845,34)
Total do Ativo	197.096.739,70	205.038.451,76	Saldo Inicial das Disponibilidades
			-(1.393.187,27)
			Variação das Disponibilidades
			-(40.341,93)
			Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis - Exercício 2021
			1. As demonstrações apresentadas estão em conformidade com as instruções dos CPC-PME e disposições complementares pelo CFC (Conselho Federal de Contabilidade). 2. Saldo de caixa elevado, justifica-se pela falta de movimento bancário no final do ano. 3. Contas a receber, refere-se à valores a serem realizados em dez dias úteis. 4. Adiantamentos à funcionários, refere-se à folha de dezembro de 2021 a ser honrada em 05 de janeiro de 2022. 5. Os estoques são controlados pelo método PEPS a serem utilizados na conservação de veículos com controle unitário por tipo de produto, peça de reposição e as de retíficas e consertos, reconhecidos quando consumidos, aplicando a seção 13 do CPC-PME. 6. Dos valores realizáveis, trata-se de reserva para aquisições de veículos, móveis e máquinas. 7. Investimentos, valores investidos na aquisição de veículos novos utilizados na geração da receita. 8. Imobilizado, controlado individualmente por valores de custo de aquisição e mantidos na produção de serviços, são separáveis por grupos contábeis. Na depreciação, os valores são controlados individualmente, utilizando o método de linha reta, reconhecendo a vida útil de cada grupo. 9. Fornecedores, o controle é unificado, e por tipo de fornecedor, os operacionais e os de serviços (como de retíficas e consertos). 10. As obrigações tributárias, trabalhistas, salariais e provisões, são originadas pela folha de pagamento. 11. No circulante, os empréstimos e financiamentos, serão reconhecidos até o próximo exercício. 12. Não circulante, os empréstimos e financiamentos, são constituídos de contrato Finance com prazo para pagamento em até cinco anos. 13. O patrimônio líquido, é constituído de capital social subscrito e totalmente integralizado e suas reservas de lucros. 14. Receitas e despesas, são reconhecidas pelo regime de competência.
			Francisco Pinto - CPF: 033.680.098-34
			João Ferracini Neto - CT CRC 1SP 133.335/0-3

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça suas Publicações Legais em nosso jornal com a segurança garantida pela certificação digital ICP Brasil

(11) 3361-8833

comercial@datamercantil.com.br



BRDOCS

brdocs.com.br/?chave-de-acesso=BAC07711

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 28,29 e 30/05/2022

Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

